

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.848.142 - RS (2015/0009485-8)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
RECORRENTE : FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DE PORTO ALEGRE - UFCSPA
RECORRIDO : ANA MARIA VOGEL SENTI
RECORRIDO : ANTONIO HEERDT
RECORRIDO : BRUNO HEERDT
RECORRIDO : CECILIA DIAS EICH
RECORRIDO : EGEMAR JOSE REIS
RECORRIDO : RICARDO MAURICIO
RECORRIDO : VALDECIR FRAGOSO DA SILVA
ADVOGADOS : THIAGO MATHIAS GENRO SCHNEIDER - RS065722
GUILHERME PACHECO MONTEIRO E OUTRO(S) -
RS066153

DECISÃO

ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SÚMULA 517/STJ. IMPOSSIBILIDADE DE COMPENSAÇÃO DA VERBA HONORÁRIA FIXADA NA EXECUÇÃO COM AQUELA ESTABELECIDA NOS EMBARGOS DO DEVEDOR. ENTENDIMENTO FIRMADO PELA CORTE ESPECIAL DO STJ EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA (RESP 1.520.710/SC, REL. MIN. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJE 27.2.2019). RECURSO ESPECIAL DA UFCSPA A QUE SE NEGA SEGUIMENTO.

1. Trata-se de Recurso Especial interposto pela FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE PORTO ALEGRE - UFCSPA, com base no art. 105, III, *a* da Constituição Federal, objetivando a reforma do acórdão proferido pelo TRF4, assim ementado:

EXECUÇÃO DE SENTENÇA EM FACE DA FAZENDA PÚBLICA. EMBARGOS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ARBITRAMENTO.

É possível a incidência de honorários advocatícios tanto na execução quanto nos embargos à execução. Contudo, os honorários fixados na execução são considerados provisórios, na medida em que estão na dependência da existência ou não de embargos, bem como da extensão e da solução final que venha a ser dada a estes (fls. 468).

Superior Tribunal de Justiça

2. Nas razões de seu Apelo Nobre, alega a parte autora violação dos arts. 1o.-D da Lei 9.494/1997, 20, § 4o., 740, V e 743 do CPC, ao argumento da impossibilidade de compensação dos honorários sucumbenciais da Execução com aqueles arbitrados nos Embargos do Devedor.

3. É o relatório.

4. Inicialmente, conforme a Súmula 517/STJ, *são devidos honorários advocatícios no cumprimento de sentença, haja ou não impugnação, depois de escoado o prazo para pagamento voluntário, que se inicia após a intimação do advogado da parte executada.*

5. No que diz respeito à possibilidade de compensação de honorários, a Corte Especial do STJ, no julgamento do REsp. 1.520.710/SC, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 27.2.2019, firmou os seguintes entendimentos: (a) os honorários advocatícios podem ser fixados de forma autônoma e independente na Execução e nos respectivos Embargos, desde que a cumulação da verba honorária não exceda o limite máximo de 20% previsto no § 3o. do art. 20 do CPC/1973; (b) impossibilidade de se compensarem os honorários fixados em Embargos à Execução com aqueles fixados na própria Ação de Execução e (c) possibilidade de cumulação da verba honorária fixada nos Embargos à Execução com a arbitrada na própria Execução contra a Fazenda Pública, vedada a compensação entre ambas.

6. Eis a ementa desse julgado:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. ART. 543-C DO CPC E RESOLUÇÃO N. 8/2008 DO STJ. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 2/STJ. EXECUÇÃO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. CONCOMITÂNCIA DE EMBARGOS À EXECUÇÃO. AUTONOMIA DAS AÇÕES. ARBITRAMENTO DE HONORÁRIOS EM CADA UMA DELAS. POSSIBILIDADE. COMPENSAÇÃO DAS VERBAS HONORÁRIAS. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. *O presente recurso atrai a incidência do*

Superior Tribunal de Justiça

Enunciado Administrativo n. 2/STJ, segundo o qual "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça".

TESES JURÍDICAS FIXADAS SOB VIGÊNCIA DO CPC/1973.

2. *Sob a vigência do Código de Processo Civil de 1973, os embargos do devedor constituem ação de conhecimento, que não se confunde com a ação de execução, razão porque os honorários advocatícios podem ser fixados de forma autônoma e independente em cada uma das referidas ações, desde que a cumulação da verba honorária não exceda o limite máximo de 20% previsto no § 3º do art. 20 do CPC/1973.*

3. *Inexistência de reciprocidade das obrigações ou de bilateralidade de créditos: ausência dos pressupostos do instituto da compensação (art. 368 do Código Civil). Impossibilidade de se compensarem os honorários fixados em embargos à execução com aqueles fixados na própria ação de execução.*

SOLUÇÃO DO CASO CONCRETO

4. *Possibilidade de cumulação da verba honorária fixada nos embargos à execução com a arbitrada na própria execução contra a Fazenda Pública, vedada a compensação entre ambas.*

5. *Recurso especial provido. Acórdão sujeito ao regime previsto no art. 543-C do CPC/1973 c/c o art. 256-N do RISTJ (REsp. 1.520.710/SC, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 27.2.2019).*

7. Ante o exposto, nega-se seguimento ao Recurso Especial da UFCSPA.

8. Publique-se. Intimações necessárias.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

